



# EMANCIPAÇÃO HUMANA E CONTROLE SOCIAL DA PRODUÇÃO:

## os dilemas das classes trabalhadoras na perspectiva de superação do capitalismo

Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas\* e João Claudino Tavares\*\*

**Resumo** O atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo tem construído uma realidade dramática para grande parte das classes trabalhadoras. O aumento do grau não só de exploração – representada pelo aumento da mais-valia relativa e absoluta –, mas também de espoliação – negação do direito do trabalhador ao pleno exercício das faculdades humanas – se expressa na dificuldade dos trabalhadores em controlar sua existência social. A luta de classes – conforme Marx e Engels assinalam em *O manifesto comunista* – ou termina em uma transformação revolucionária ou ocorre a destruição das classes em luta, o que, no atual estágio de desenvolvimento social, pode ser indicado como a expressão mais clara de um possível estágio de “barbárie”. Isso pode ser dito porque a perspectiva revolucionária tem se mostrado cada vez mais difícil de se concretizar, o que dificulta a superação da realidade predatória do capitalismo. No entanto, isso não significa sua impossibilidade, pois a perspectiva revolucionária se apresenta como uma possibilidade histórica que precisa ser transformada de potência em efetividade, e isso só pode acontecer no momento em que os trabalhadores se apropriarem das condições objetivas de sua reprodução social.

**Palavras-chave** Emancipação humana; luta de classes; barbárie.

---

\* Professor doutor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Núcleo de Estudos e Pesquisas Marx-Engels.

\*\* Professor doutor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Núcleo de Estudos e Pesquisas Marx-Engels.

## HUMAN EMANCIPATION AND SOCIAL CONTROL OF PRODUCTION: THE DILEMMA OF THE WORKING CLASS IN VIEW OF OVERCOMING OF CAPITALISM

**Abstract** *The current stage of development of productive forces under capitalism has built a tragic reality for many of the working classes. The increase not only the degree of exploitation – represented by the increase of surplus value relative and absolute – but of spoliation – denial of the right of workers to the full exercise of human faculties – is expressed in the workers’ difficulty in controlling their social existence. The class struggle – as Marx and Engels pointed out in *The Communist Manifesto* – that ends in a revolutionary transformation occurs or the destruction of classes in struggle, which at the present stage of social development can be indicated as the clearest expression of a possible stage “barbarism”. This can be said, because the revolutionary perspective is proving increasingly difficult to achieve, making it difficult to overcome the reality of predatory capitalism. However, this does not mean it is impossible, because the revolutionary perspective is presented as a historic opportunity that must be transformed into effective power, and this can only happen when the workers ownership of the objective conditions of social reproduction.*

**Keywords** *Human emancipation; class struggle; barbarism.*

### INTRODUÇÃO

O presente texto se estrutura no debate sobre a relação entre as condições de reprodução dos trabalhadores no século XXI e como elas podem potencializar ou não os elementos de superação da ordem social burguesa. Diante disso, os objetivos do texto são: estudar a ordenação das forças produtivas no atual momento histórico; construir as formulações que melhor elucidem a materialidade dos elementos da transição social e como eixo central da discussão; e identificar como essa transição pode efetivamente ocorrer para a construção do retorno à comunidade humana, ou seja, o homem se fazendo homem em seu processo de existência (MARX, 2007). Assim, considera-se que o debate posto a partir desses elementos se efetiva como chave para as Ciências Sociais, no sentido de sua utilização como instrumento de produção de uma nova realidade que supere a ordem social burguesa.

### TRABALHO E CAPITAL: A REPRODUÇÃO COLETIVA DA EXISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO ELEMENTO DE DOMINAÇÃO

O desenvolvimento das forças produtivas, nos últimos dois séculos, criou os mecanismos necessários que permitem a potencialização de forças emancipa-

tórias à sociedade do capital. Uma das formulações mais pertinentes sobre esse processo foi a utilizada por Hobsbawm (1994; 2000; 2001; 2002), que estabelece uma periodização, na qual estão identificados três elementos: a esperança (período da burguesia revolucionária), a construção da hegemonia burguesa (proletariado traído) e, finalmente, a desesperança (o dilema entre revolução ou barbárie), no século XXI.

O primeiro pode ser identificado com o momento da derrubada da “velha ordem”, como a materialidade de uma “nova era” burguesa, sob as perspectivas da igualdade, da liberdade e da fraternidade. A cidade moderna expressa uma nova realidade que se desenvolveu sob o mito do trabalho livre. É outra forma de vida que rompe com a servidão e representa a chance de mobilidade social. Um espaço luminoso (SANTOS; SILVEIRA, 2001) que absorveu, durante mais de dois séculos, levas de trabalhadores expropriados dos meios de produção. Eles esperavam encontrar na cidade o espaço de sua emancipação, mesmo porque, segundo Marx e Engels (2007), a “cidade burguesa” representa o ofuscamento e o esvaziamento do campo.

O segundo elemento ocorre quando a burguesia perde seu caráter revolucionário (HOBSBAWM, 2000). A ordem e consolidação do capitalismo se constituíram como elementos necessários à sobrevivência da burguesia como classe hegemônica. É o momento em que fica evidente que o que se apresenta como emancipação não se configura como mais do que elementos de fetiches produzidos pela ordem burguesa dominante (MARX, 2007). Contudo, ao mesmo tempo, ocorre a consolidação do proletariado como força potencialmente revolucionária, e este não consegue efetivar sua ação emancipatória, principalmente depois da derrota da Comuna de Paris, que se pretendia como espaço de consolidação da autonomia dos trabalhadores.

Trata-se de um período que se caracteriza pela organização dos Estados Nacionais e do imperialismo, elementos que contribuíram para a expansão do capitalismo em esfera global. Nem mesmo o advento da revolução bolchevique e a “fundação” do Estado soviético impediram um gradativo processo de dissolução do potencial revolucionário do proletariado, mesmo porque a construção da burocracia estatal soviética estabeleceu uma “nova” classe dominante, que criou novos meios de opressão e consolidou atrasos nas lutas emancipatórias dos trabalhadores, em todo o mundo.

O terceiro elemento a ser considerado está sintetizado no que Hobsbawm (2001) denomina como três grandes eras – “Era da Catástrofe”, “Era do “Ouro” e “Era do Desmoronamento” –, representando o século XX. As duas grandes guerras se apresentam como uma grande catástrofe para a humanidade. No pós-guerra, o

desenvolvimento do fordismo e do keynesianismo favoreceu o processo de emancipação social e atrasou a perspectiva de emancipação humana (MARX, 2007). São instrumentos de ordenamento social que garantem avanços pontuais para uma parte “privilegiada” das classes trabalhadoras (HARVEY, 1992).

Nessa “era dos extremos” (HOBSBAWM, 2001), deve-se considerar o atual momento de reestruturação produtiva do capital, que garante a total perda de hegemonia do proletariado sobre o conjunto das classes trabalhadoras, se é que se pode considerar que, em algum momento histórico, existiu de fato essa hegemonia.

É um momento em que as classes trabalhadoras ganham uma nova forma ou mesmo uma “não forma”, pois se apresentam cada vez mais multifacetadas e precárias<sup>1</sup>. Os dilemas e as incertezas das classes trabalhadoras estão na ordem do dia, e suas indefinições quanto a que rumo tomar estão postas. É o momento da desesperança, em que a grande questão para os trabalhadores é qual caminho seguir.

Segundo Hobsbawm (2001, p. 537):

O Breve Século XX acabou em problemas para os quais ninguém tinha, nem dizia ter, soluções. Enquanto tateavam o caminho para o terceiro milênio em meio ao nevoeiro global que os cercava, os cidadãos do *fin-de-siècle* só sabiam ao certo que acabara uma era da história. E muito pouco mais.

É um período de incertezas, que ocorre principalmente pela dificuldade em se identificar, na transição do século XX para o século XXI, quem seria o sujeito revolucionário. O proletariado, identificado por Marx e Engels no século XIX, não se apresenta nas mesmas condições de condução desse processo no limiar do século XXI.

O trabalho produtivo (produtor de mais-valia) não passa a ser mais uma característica apenas do proletariado, mas também de uma ampla parcela das classes trabalhadoras. Assim, o trabalhador coletivo (MARX, 1988a) é ampliado no atual momento histórico. Os trabalhadores se apresentam cada vez mais disformes e precarizados em sua situação, o que dificulta, inclusive, seu processo de reconhe-

---

1 De acordo com Marx (2004a), com o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, a força de trabalho se torna uma mercadoria cada vez mais dilapidada. Assim, considera-se que a precariedade da força de trabalho não se limita às condições dos contratos – se existe ou não uma relação formal –, mas sim pelo fato de que a força de trabalho no capitalismo está sendo, de forma cada vez mais geral, vendida por um valor abaixo de suas necessidades de reprodução. Isso se for considerado que, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, as necessidades têm se ampliado, o que cria um grande hiato entre os desejos criados e sua capacidade de efetivação pelas classes trabalhadoras (FREITAS, 2010).

cimento como classe (classe para si). No entanto, as condições de existência do capitalismo no século XXI não podem ser consideradas novas. As “novas” condições do capitalismo são resultado de uma série de mutações que se ordenam no sentido de ampliar seu escopo de exploração (HARVEY, 2004).

## **CAPITALISMO E CONTRADIÇÕES: DILEMAS E DESAFIOS EM SEU PROCESSO DE SUPERAÇÃO**

A não novidade na existência do capitalismo se expressa em sua contradição como ordem social, identificada na condição de que a riqueza social só pode ser produzida de forma coletiva, sendo que sua apropriação ocorre de forma privada. Assim, o trabalho é um elemento sacralizado, enquanto a classe dominante vive exatamente não do “suor de seu rosto” (MARX, 1988b), mas sim de expropriar as forças físicas e mentais dos trabalhadores, agindo como verdadeiros vampiros que sugam trabalho vivo (MARX, 1988b).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, o novo surge como resultado da degeneração do velho. A ordem cria sua própria desordem, e a sociedade burguesa também cria os elementos de sua própria superação. Segundo Marx (1986a), a burguesia só pode continuar existindo se mantiver de forma contínua o revolucionamento das forças produtivas. Mas a burguesia cria também seus próprios coveiros, o que, de acordo Marx (1986b), seria uma função prioritária do proletariado como classe. Contudo, diante de todas essas mutações, o proletariado, além de não apresentar mais as mesmas condições de conduzir o processo revolucionário, tem uma parte que se aproxima cada vez mais de uma situação de “lumpemproletariado” (FREITAS, 2010).

E não é exatamente o “lumpemproletariado” que Marx identifica no século XIX, pois esse lumpemproletariado não está representado apenas nas prostitutas, nos trapaceiros e em uma gama de sujeitos desqualificados para as atividades produtivas (MARX, 1986b); de forma contrária, estes são cada vez mais reaproveitados na produção e valorização do capital.

O incessante revolucionamento das forças produtivas como condição de existência da burguesia, segundo Marx (1986a), pode também transformar seu papel como classe dirigente. O desenvolvimento de novas relações de produção pode criar, como afirma Engels (1978; [s/d]), a não necessidade de uma classe que exista com a função de direção dentro da ordem societária.

Segundo Engels ([s/d], p. 122-123):

Graças precisamente a essa revolução industrial a força produtiva do trabalho humano alcançou tal nível que, com uma divisão racional do trabalho entre todos, há a possibilidade – pela primeira vez desde que existem os homens – de produzir o suficiente, não só para assegurar um abundante consumo a cada membro da sociedade e constituir um considerável fundo de reserva, mas também para que todos tenham o suficiente repouso, de modo que tudo quanto oferece um valor verdadeiro na cultura legada pela história – ciência, arte, formas de convívio social, etc. – possa ser não somente conservado, mas transformado de monopólio da classe dominante em bem comum de toda a sociedade e, além do mais, possa ser enriquecido. E chegamos com isso ao ponto essencial. Quando a força produtiva do trabalho humano alcançar esse nível terá desaparecido todo pretexto para explicar a existência de uma classe dominante.

A análise de Engels leva ao seguinte questionamento: qual a importância de uma classe cada vez mais abstrata – se for considerado que a gerência do capital ocorre hoje pela predominância na sociedade de ações e não de capitalistas individuais – na condução da sociedade contemporânea? A resposta só pode ser dada de forma concreta, quando um processo de organização autônoma das classes trabalhadoras permitir uma autodeterminação de sua própria existência.

Em outra passagem, Engels ([s/d], p. 123) ainda afirma:

A razão última para defender as diferenças de classe foi sempre a de que era necessário existir uma classe que não se extenuasse na produção de sua subsistência diária a fim de dispor de tempo para preocupar-se com o trabalho intelectual da sociedade. Essa fábula, que encontrou até agora uma copiosa justificação histórica, teve as suas raízes cortadas pela revolução industrial dos últimos cem anos. A manutenção de uma classe dominante é cada dia mais um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas industriais, assim como das ciências, da arte e, em particular, das formas elevadas de convívio social. Jamais houve palermas maiores que os nossos burgueses modernos.

O desenvolvimento das forças produtivas fetichiza também as relações de exploração, isso porque, aparentemente, o capital não se apresenta mais como elemento mediador das relações sociais, cabendo esse papel a produtores individuais supostamente autônomos.

A pretensa “autonomização” das forças produtivas, no século XXI, constrói a ideia que o trabalho passou a ser um elemento dispensável para a humanidade. A redução nos níveis do assalariamento formal tem conduzido várias análises a sugerir uma nova ordem. Uma ordem pretensamente baseada não na autovalorização do capital, mas sim no atendimento imediato das necessidades e desejos dos produtores individuais (FREITAS, 2010, p. 234).

Essas afirmações ajudam a compreender a necessidade das classes trabalhadoras em fortalecer o processo de autogestão, mas não como indicados pelo SEBRAE<sup>2</sup>, pelo CEMPRES<sup>3</sup> e demais organismos vinculados ao capital. É necessário desenvolver formas de autogestão em que os próprios trabalhadores se deem conta da capacidade de controle social da produção. Isso tem a ver com a produção de sua própria vida, e não com a vida como “meio de vida” (MARX, 2004a).

As formas de reprodução da vida têm se degenerado cada vez mais; no entanto, são criados diversos fetiches, com o objetivo de os trabalhadores não se acreditarem como sujeitos históricos potenciais para a superação das relações mediadas pelo capital.

Como estratégia para manter viva esta “fábula” (ENGELS, [s/d]), a ordem social burguesa, em suas diversas expressões, procura manter discursos e práticas que fortaleçam a noção de que é possível o convívio harmonioso entre classes, além de manter a aparência da necessidade de uma classe dirigente, que tem a “competência” que as classes subalternizadas não possuem. Assim, a ênfase no controle social da produção deve estar em contraposição a uma concepção de transformar o processo de organização em empresas que possam sobreviver no mercado.

É uma perspectiva que parte do processo organizativo como algo de importância essencial, mas não para garantir a inserção competitiva no mercado, e sim superar o processo de exploração e espoliação que os trabalhadores sofrem na dinâmica reprodutiva do capitalismo. Por outro lado, as propostas que privilegiam a luta (acirramento dos conflitos de classe) como forma de garantir ganhos para os trabalhadores têm se apresentado cada vez menos atrativas. As diversas

---

2 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

3 O Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) é uma associação que trabalha com reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do lixo. Fundado em 1992, o CEMPRE é mantido por empresas privadas de diversos setores que procuram divulgar a ideia da reciclagem/coleta seletiva de lixo como um aspecto que representa uma emancipação do trabalhador, não levando em consideração as condições estruturais negativas para o trabalhador na reciclagem. Nos últimos anos, as entidades empresariais têm se esforçado no convencimento do importante papel que a reciclagem possui no sentido de garantir um desenvolvimento sustentável com base em princípios de responsabilidade ambiental.

opções que têm sido tomadas, principalmente pelos setores mais organizados, são as políticas conciliatórias de classe.

A ideia hegemônica que tem se estabelecido é a necessidade de conciliação de classes como um pressuposto básico para a construção de um amplo entendimento social, o que esconde o caráter espoliativo das relações de trabalho no capitalismo.

Por isso, as formas tradicionais de organização das classes trabalhadoras têm se mostrado cada vez mais incapazes de garantir os elementos necessários de superação da realidade exploradora do capital. Isso não quer dizer também que essas formas devam ser abandonadas ou desprezadas, mas sim que o sentido de sua luta deve ser o da construção identitária de classe e dos elementos que permitam a consecução da autonomia dos trabalhadores.

As organizações das classes trabalhadoras devem partir do pressuposto da construção de um conjunto de ações que garantam que o saber cotidiano – a apreensão da realidade com todas as situações que lhes são particulares – seja um elemento formador e educador em que se estabeleçam as condições de formação da identidade de classe.

Gramsci (1999), ao pensar essa relação, considera que um dos aspectos mais importantes no processo de construção da realidade é a sinergia entre o sentir e o saber, que se completam de forma dialética. Na concepção do movimento, esse processo se apresenta diretamente como resultado da percepção da realidade construída na práxis cotidiana.

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente”. Os dois extremos são, portanto, por um lado, o pedantismo, o filisteísmo, e, por outro, a paixão cega e o sectarismo [...]. O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem essa paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação (GRAMSCI, 1999, p. 221-222).

A compreensão que Gramsci tem do processo é de que a sinergia entre o momento de abstração e ação é necessária, no sentido de construção de uma práxis transformadora que permite que a consciência se desenvolva como resultado da materialidade das ações. A construção de uma práxis revolucionária exige, assim, uma apreensão da realidade que consiga apreender a totalidade da dinâmica da reprodução social, e não apenas seus aspectos parciais, pois só assim os trabalhadores conseguem garantir as condições objetivas de superação da sociedade do capital.

### **A SUBMISSÃO DA CONSCIÊNCIA ÀS NECESSIDADES DE REPRODUÇÃO: O NÃO DOMÍNIO DE SUA EXISTÊNCIA PELAS CLASSES TRABALHADORAS**

O entendimento até aqui é de que a reprodução social no capitalismo produz necessariamente formas de consciência fetichizadas. Assim, na formação da consciência, devem estar presentes os elementos que expressam a materialidade dessa luta por moradia, escolas e creches para as crianças, além de alimentação, transporte e lazer. No entanto, nessas necessidades, devem ser percebidos os elementos de não emancipação dos trabalhadores, pois a superação só pode ocorrer no momento em que surgirem não como resultados de “conquistas”, mas sim como elementos de humanização das relações sociais.

Como forma de garantir a não transição para uma forma humanizada de reprodução social, o capitalismo como ordem hegemônica reproduz as condições de não efetivação de organização das classes trabalhadoras. A organização é até estimulada, mas um processo se trata de organização que obedeça aos limites do capital.

Essa realidade condiz com um aspecto “flexível” da produção social (HARVEY, 1992) que permitiu definir uma nova organização espacial do trabalho. Foram criadas as perspectivas para uma série de novas atividades complementares ao processo industrial, mas aparentemente inseridas em outros setores da economia. A flexibilidade determina os ritmos de acumulação do capital, pois é um momento histórico que se apresenta como necessariamente flexível para facilitar a reprodução capitalista em escala ampliada.

Harvey (1992) define esse momento do capitalismo como de “acumulação flexível”, quando afirma:

Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores

de produção inteiramente novos, novas maneiras de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...]. Ela também envolve um movimento que chamarei de “compressão espaço-tempo” (ver Parte III) no mundo capitalista – os horizontes temporais de tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda nos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 1992, p. 140).

As atividades de trabalho contemporâneas possuem várias características apontadas por Harvey. Com relação ao tempo, elas se apresentam de duas formas: na velocidade que os trabalhadores têm de impor a seu ritmo de trabalho – apesar de formalmente, em muitos casos, não ter nenhum padrão obrigando a isso –, bem como seu material de trabalho é resultado direto da redução do tempo de vida das mercadorias.

A compressão espaço-temporal pode significar também maior desgaste das mercadorias produzidas, aliado à intensidade na redução do tempo de circulação. Essa nova realidade faz com que os trabalhadores tenham um domínio cada vez menor não apenas sobre seu ritmo de produção, mas essencialmente sobre seu ritmo de vida.

Para que essa realidade seja efetivamente produzida, o capitalismo como ordem social tem como um de seus pilares fundamentais sua capacidade de se tornar plenamente aceitável por todas as classes sociais. No imaginário social, oferecem uma ampla gama de possibilidades de evolução, principalmente por ser uma formação social com base na perspectiva de mobilidade. Essas condições se fundamentam principalmente nos conceitos de liberdade e igualdade, que se estabelecem como pilares fundamentais da sociedade capitalista.

No entanto, o conceito de liberdade no capitalismo não se efetiva no pleno exercício das faculdades humanas, mas sim no que Marx (1988b, p. 252) denomina como duplo sentido, quando afirma:

Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo, etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles.

Além disso, a igualdade pressuposta no capitalismo está diretamente ligada à capacidade dos indivíduos de fazer contratos. As duas classes fundamentais (capitalistas e trabalhadores) são portadoras de mercadorias: meios de produção e força de trabalho. A igualdade se efetiva por meio dos contratos entre iguais – no sentido de que são portadores de mercadorias – que criam o mecanismo necessário para que ocorra a produção social.

Surge um conjunto imenso de necessidades criadas – resultado das possibilidades apresentadas para todos – que precisam ser atendidas, e só o mercado existe como principal elemento mediador.

As necessidades socialmente produzidas são ampliadas com o desenvolvimento do capitalismo, pois a intensificação da divisão social do trabalho (um aspecto determinante para o aumento da produtividade) cria o trabalhador unilateral, mas com necessidades multiplicadas (MARX, 1988a).

Segundo Heller (1978, p. 23):

*El desarrollo de la división del trabajo de la productividad crea, junto con la riqueza material, también la riqueza y la multiplicidad de las necesidades; pero las necesidades se reparten siempre em virtud de la división del trabajo: el lugar ocupado al seno de la división del trabajo determina la estructura de la necesidad o al menos sus límites. Esta contradicción alcanza su culminación en el capitalismo, donde llega a convertirse [como veremos] en la máxima antinomia del sistema<sup>4</sup>.*

A antinomia citada por Heller é de fundamental importância para compreender a relação entre necessidades e produtividade no capitalismo. O trabalhador procura se esforçar ao máximo, como forma de garantir necessidades que estão cada vez mais longe e difíceis de serem atendidas. Por outro lado, o trabalhador se esforça também, muitas vezes, para atender as necessidades mais simples e básicas.

A realidade socialmente produzida no capitalismo cria uma relação ao mesmo tempo de expectativa e desânimo por parte dos indivíduos. Expectativa, pois, desde o momento em que se tornam sociabilizados, está presente nos indivíduos uma condição que, em algum momento de suas vidas, poderão alcançar. Ao mesmo

---

4 “O desenvolvimento da divisão do trabalho e da produtividade cria, junto com a riqueza material, também a riqueza e a multiplicidade de necessidades; mas as necessidades se repartem sempre em virtude da divisão do trabalho: o lugar ocupado no seio da divisão do trabalho determina a estrutura da necessidade ou ao menos seus limites. Esta contradição alcança sua culminação no capitalismo, quando chega a converter-se [como veremos] na máxima antinomia do sistema” (em livre tradução).

tempo, ocorre também desânimo e frustração, pois, ao longo de seu processo de desenvolvimento e inserção na sociedade, não conseguem atender as expectativas que lhes foram socialmente impostas.

A situação das classes trabalhadoras se pauta por um “vir a ter” e um “vir a ser”, o que alimenta, inclusive, o processo de estabilidade social, e isso precisa ser constantemente introjetado no imaginário social.

O trabalho aparece, então, como um elemento de importância fundamental na construção desse processo, pois é criado o imaginário de que “quanto maior esforço”, maiores as chances de conquistas. Para o trabalhador, sua inserção no mercado de trabalho e um necessário aumento de sua produtividade aparecem como formas únicas de atingir seus objetivos.

O trabalhador se entrega ao máximo pelo mínimo necessário à sua sobrevivência, porque as necessidades dos trabalhadores são estabelecidas pelos limites das necessidades naturais (SMITH, 1988). Entretanto, Heller (1978) relaciona as necessidades naturais com determinado limite para a satisfação das necessidades sociais.

Heller (1978, p. 33) afirma:

*A nuestro criterio las “necesidades naturales” no constituyen un conjunto de necesidades, sino un concepto límite: límite diferenciable según las sociedades – superado en cual la vida humana ya no es reproducible como tal; dicho en otras palabras, el límite de la simple existencia (la muerte masiva de hambre en la India o en el Pakistán expresa precisamente esa superación). Seria puro aristocratismo – en nuestro mundo al menos – eliminar esse concepto límite de la discusión sobre las necesidades. Por ello no hablaré de “necesidades naturales” sino de límite existencial para la satisfacción de las necesidades.<sup>5</sup>*

O principal conflito que se estabelece no capitalismo, pelo lado do capital, é garantir o maior tempo de trabalho excedente; pelo lado dos trabalhadores, é limitar ao máximo esse tempo (MARX, 1985, 1988a, 2004b; MARX; ENGELS, 2010,

---

5 “A nosso critério, as ‘necessidades naturais’ não constituem um conjunto de necessidades, mas um conceito limite: limite diferenciado segundo as sociedades – superado em qual a vida humana já não é reproduzível como tal; dito em outras palavras, o limite da simples existência (a morte massiva de fome na Índia ou no Paquistão expressa precisamente essa superação). Seria puro aristocracismo – em nosso mundo, ao menos – eliminar esse conceito limite da discussão sobre as necessidades. Por isso não falarei de ‘necessidades naturais’, mas sim do limite existencial para a satisfação das necessidades” (em livre tradução).

2011). De forma mais ampla, pode-se considerar isso como a disputa pelo domínio do tempo, o que aparece como algo essencial para a ordem socialmente estabelecida.

Sobre isso, Dobb (1983, p. 186) afirma:

Nos velhos tempos, a produção era essencialmente uma atividade humana, em geral individual em seu caráter, no sentido de que o produtor trabalhava em seu próprio tempo e à sua própria maneira, independentemente de outros, enquanto as ferramentas ou os implementos simples que usava pouco mais eram do que uma extensão de seus próprios dedos.

Essa relação com o tempo está diretamente relacionada com a produção de suas próprias necessidades, pois o desenvolvimento capitalista não tira do produtor apenas seus meios de produção. A formação social burguesa expropria também a capacidade plena que ele tem de decidir sobre suas próprias condições de existência.

Em formas sociais não capitalistas, o sobretrabalho se caracteriza principalmente pela obtenção de valor útil para os proprietários dos meios de produção, enquanto no capitalismo o objetivo prioritário passa a ser produção de valor de troca.

Por isso, no capitalismo existe o impulso para o prolongamento da jornada de trabalho, e a capacidade de sobrevivência do trabalhador está justamente no fato de sua capacidade em se inserir no tempo do capital. Deve se inserir no tempo da produção, pois a medida de sua existência pautar-se-á pela medida de sua produtividade.

Por fim, é relevante ressaltar uma citação de Marx (2003, p. 48-49), quando afirma:

Considerar unicamente a quantidade de trabalho como medida de valor, sem ter em conta a qualidade, supõe, por sua vez, que o trabalho simples se converteu em fulcro da indústria. Implica que os trabalhos se equiparam mediante a subordinação do homem à máquina. Ou pela divisão extrema do trabalho; que os homens se esfumam ante o trabalho; que o balançar do pêndulo se tornou a medida exata da atividade relativa de dois operários, do mesmo modo que é o da velocidade de duas locomotivas. Então, é preciso dizer que uma hora de um homem equivale à hora de outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é nada; é quando muito a carcaça do tempo.

Essa reflexão de Marx ajuda a compreender que a relação no capitalismo não se estabelece mais entre homens, mas sim entre os diversos tempos, entre as

diversas formas de concorrência que imprime a humanidade. O tempo aparece como um *deus ex machina*, ou seja, algo que está fora de seu controle, mas que se apresenta como elemento determinante de sua existência.

O desenvolvimento capitalista faz com que o trabalhador perca o domínio sobre as condições de sua própria existência, o que significa uma total submissão às necessidades do capital. Para Marx (1975, p. 65), em formas pré-capitalistas, “o indivíduo relaciona-se consigo mesmo como senhor das condições de sua realidade”. No entanto, essa relação se dissolve com o pleno desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, o que determina sua completa submissão às necessidades reprodutivas do capital.

Para entender todo o processo descrito nos parágrafos anteriores, é de fundamental importância entender também como têm ocorrido as mutações nos “mundos” do trabalho. Uma das alternativas mais viáveis encontradas pelo capitalismo no plano global tem sido a de intensificar a mobilidade das classes trabalhadoras de um ramo de produção para outro. Entretanto, isso não é um fenômeno novo no capitalismo, mas faz parte de diversos movimentos do capital, no sentido de ampliar seu processo de valorização.

Marx (1988b, p. 54) identifica esse processo, quando afirma:

Os fatos verdadeiros, transvertidos pelo otimismo econômico, são estes: os trabalhadores deslocados pela maquinaria são jogados da oficina para o mercado de trabalho aumentando o número de forças de trabalho disponíveis para a exploração capitalista [...]. Assim que a maquinaria libera parte dos trabalhadores até então ocupados em determinado ramo industrial, o pessoal de reserva também é redistribuído e absorvido em outros ramos de trabalho, enquanto as vítimas originais em grande parte decaem e perecem no período de transição.

Essas constantes “liberações” das classes trabalhadoras induzem à criação de setores que possam absorvê-las. Isso explica uma série de novas atividades que apareceram nas últimas décadas como atividades que têm se tornado predominantes no capitalismo. São atividades que aparentemente não estão mais diretamente submetidas ao controle do capital industrial.

É apresentada, então, uma série de conclusões de que nesses setores estaria ocorrendo um movimento de superação das relações capitalistas. Essa confusão ocorre pelo fato de uma série de atividades não representar, de forma aparente, uma das condições fundamentais da produção capitalista: a formação de valor.

Diante dessa nova realidade dos “mundos” do trabalho, uma questão merece atenção especial: quais as condições objetivas das classes trabalhadoras e, em especial, do proletariado (seja da cidade, seja do campo) de garantir não só as condições mínimas de sua existência social, mas, principalmente, os instrumentos necessários ao processo de superação da sociedade do capital?

Essa questão se torna pertinente, se for considerado que as novas faces dos “mundos” do trabalho se materializam principalmente em um processo de fragmentação. Isso constrói grandes barreiras ideológicas e materiais, no sentido de não permitir uma construção identitária de classe. No entanto, Kosik (1985, p. 182) afirma que “no processo de trabalho se revela ao mesmo tempo a especificidade do ser humano”.

Afirmando essa característica do trabalho, Lessa (2007, p. 142) indica:

O trabalho é, pois, a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais nenhuma vida social poderia existir. Em segundo lugar, porque o faz de tal modo que já se apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja, a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais, tanto objetivas quanto subjetivas.

O trabalho nessa sua característica se apresenta também como uma metamorfose geral, em que é criado o elemento novo da realidade (KOSIK, 1985). Isso se torna um elemento importante para o debate, porque todo esse processo de fragmentação das classes trabalhadoras nas últimas décadas tem criado algumas confusões conceituais.

Para garantir os níveis de exploração, é de fundamental importância que não se construa uma solidariedade orgânica das classes trabalhadoras. É uma situação que garante a construção de um discurso em que o trabalho perde a característica de elemento na organização da vida em sociedade.

A defesa da perda não se efetiva apenas na centralidade do trabalho, mas nele como elemento fundante da vida social (SCHAFF, 1990; GORZ, 1987, 2003; HABERMAS, 1987), desconsiderando dois aspectos: primeiro o caráter duplo do trabalho, que se apresenta em sua forma concreta e abstrata (MARX, 1988a); e a manutenção da relação de compra e venda da força de trabalho, aliada a outras formas de subor-

dinação do trabalho ao capital. Essas são condições básicas para a dinâmica da produção social capitalista.

A multiplicidade de atividades criadas representa tão somente a ampliação e não redução das classes trabalhadoras. Contudo, essa ampliação se apresenta de forma cada vez mais precária, vulnerável e multifacetada, como resultado de um intenso processo de dispersão espacial (HARVEY, 1992).

Além disso, não se pode deixar de citar que, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, tem surgido uma série de atividades tipicamente não capitalistas, as quais estão fundamentadas nos negócios familiares, trabalhos domésticos e artesanal ou mesmo na formação de “economias subterrâneas” (HARVEY, 1992, p. 145).

Sobre a absorção de formas não capitalistas no circuito do capital – no capítulo que descreve sobre a grande maquinaria –, Marx (1988b) já a identificava como uma forma necessária de garantir a perpetuação no processo de acumulação.

A exploração de forças de trabalho baratas e imaturas torna-se, na manufatura moderna, mais desavergonhada do que na fábrica propriamente dita [...]. Ela se torna ainda mais desavergonhada no assim chamado trabalho domiciliar do que na manufatura, porque a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui com sua dispersão; toda uma série de parasitas rapaces se coloca entre o trabalhador propriamente dito e o trabalhador, o trabalho domiciliar luta em toda parte com empresas mecanizadas ou ao menos manufatureiras no mesmo ramo de produção, a pobreza rouba do trabalhador as condições mais necessárias ao trabalho, como espaço, luz, ventilação etc.[...] (MARX, 1988b, p. 70).

Todas essas situações colocadas nos parágrafos anteriores demonstram um dos aspectos de inserção das classes trabalhadoras na dinâmica produtiva do capitalismo. Marx identifica como um intenso processo de pauperização das classes trabalhadoras que acompanha o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo.

Além disso, no atual momento do capitalismo, as formas de organização das classes trabalhadoras se alteram significativamente, porque, segundo Harvey (1992, p. 145):

As formas de organização da classe trabalhadora (como os sindicatos), por exemplo, dependiam basicamente do acúmulo de trabalhadores na fábrica para serem

viáveis, sendo peculiarmente difícil ter acesso aos sistemas de trabalho familiares e domésticos.

Levantando também a um importante questionamento sobre o caráter e alcance das mudanças ocorridas no capitalismo entre os séculos XIX e XXI, Harvey (2004) não nega um aspecto qualitativamente novo na estrutura social capitalista, mas o autor afirma que, no fundamental das relações capitalistas, houve um processo de recrudescimento da exploração do trabalho vivo. Considera ainda como elemento pertinente para essa questão um amplo processo de mercantilização das relações socialmente estabelecidas. O capitalismo em sua dinâmica totalizadora se aproveita de forma conjuntural de tudo e de todos para garantir sua reprodução.

Sobre essas mudanças no capitalismo, Harvey (2004, p. 98) afirma:

Assim sendo, houve uma transformação qualitativa a partir dessas mudanças quantitativas? Minha própria resposta é um “sim” qualificado a essa pergunta, seguido imediatamente da asserção de que não houve uma revolução fundamental do modo de produção e das relações a ele vinculadas e de que, se há alguma tendência real qualitativa, seu rumo é no sentido da reafirmação dos valores capitalistas do início do século XIX associada a uma inclinação típica do século XXI no sentido de jogar todos (e tudo que possa ser trocado) na órbita do capital, ao mesmo tempo que se tornam grandes segmentos da população mundial redundantes no tocante à dinâmica básica da acumulação de capital.

Nessa afirmação, o que mais chama atenção é o caráter de redundância de parte da população mundial. O capitalismo em sua dinâmica totalizadora se aproveita, de forma conjuntural, de tudo e de todos para garantir sua reprodução. Por isso, considera-se aqui que vivemos em um momento histórico onde as grandes incertezas e os dilemas, como afirma Hobsbawm, estão dificultando cada vez mais as condições de efetivação das lutas para superar a dinâmica de exploração.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das análises elencadas nos parágrafos anteriores, algumas breves considerações merecem ser feitas. Primeiramente, para a efetivação do processo de superação da sociedade burguesa, é essencial a construção também de uma identidade de classe, fundante no sentido de fazer com que os trabalhadores consigam se perceber em sua condição. Assim, poderá ser afirmada novamente a

existência de uma classe trabalhadora, e não de classes trabalhadoras. Em segundo lugar, os trabalhadores devem se apropriar efetivamente dos elementos potenciais de superação da sociedade do capital, elementos que se materializam com o desenvolvimento das forças produtivas (MARX, 1988b, MARX; ENGELS, 2010, 2011). No entanto, é necessário, segundo Harvey (2004), a construção de “espaços de esperança” que permitam a edificação de alternativas para essa possível superação. Diante disso, como forma de levantar elementos para os debates que envolvam os futuros e destinos dos trabalhadores, é necessária uma reflexão com base em uma análise crítica que não seja desconectada de uma práxis que se coloque como revolucionária. Essa crítica deve dar conta de construir os elementos necessários que possam romper com a perspectiva de aprofundamento da barbárie.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas.)
- ENGELS, Friederich. Classes sociais necessárias e supérfluas. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Editora Ciências Humanas Ltda., n. 3, 1978.
- \_\_\_\_\_. Como a burguesia resolve o problema da habitação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, [s/d].
- FREITAS, Cesar Augustus Labre Lemos de. *A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpemproletariado*. 249 p. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfozes do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la accion comunicativa*. Madri: Taurus, 1987.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HELLER, Agnes. *Teoria de las necesidades em Marx*. Barcelona: Peninsula, 1978.
- HOBBSAWM, Erich. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A era do capital: 1848 a 1875*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- \_\_\_\_\_. *A era dos impérios: 1875-1914*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Salário, preço e lucro*. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1986a.
- \_\_\_\_\_. *O dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986b.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. (Coleção Os Economistas.) v. I. Tomo I (prefácios e capítulos I a XII.)
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. (Coleção Os Economistas.) v. I. Tomo II (capítulos XIII a XXV.)
- \_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia: resposta a filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847)*. São Paulo: Centauro Editora, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI inédito de o capital*. São Paulo: Centauro, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política: manuscrito de 1861-1863*. São Paulo: Autêntica, 2010. Cadernos I a V: terceiro capítulo – O capital em geral.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômico-filosóficos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Ed da UFRJ, 2011.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo: UNESP, 1990.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas.)